

I

TRES ICONES DA MISERICORDIA

«Sede misericordiosos, como o vosso Pai é misericordioso». O apelo de Lucas (6,36), o *scriba mansuetudinis Christi*, como o definiu Dante Alighieri, é o emblema deste ano jubilar mas também o é seja da moral evangélica, que tem no amor o seu coração, seja de qualquer empenho pastoral. Estamos, por isso, anos luz não só da violência cega, falsamente sacral, do Califado-Daesh mas também de certas propostas ideológicas, como aquela do filósofo alemão Friedrich Nietzsche que na sua obra *Assim falava Zarathustra* (1883-85) afirmava: «eu não amo de verdade os que praticam a compaixão ... Todos os criadores são duros... Deus morreu e a sua compaixão pelos homens foi a causa da sua morte... Seja louvado o que nos torna duros».

A esta atitude sem piedade se opõe a lei divina da misericórdia, «a mais importante e talvez a única lei da vida da humanidade inteira», como a definia o grande escritor russo Dostoevskij. O verdadeiro retrato de Deus é aquele autobiográfico que é proclamado no Sinai e que foi considerado como o «cartão de identidade» do Deus bíblico: «O Senhor, o Senhor, Deus misericordioso e compassivo, lento para a ira e rico de amor e fidelidade, que conserva o seu amor por mil gerações, que perdoa a culpa, a transgressão e o pecado, mas que não deixa sem punição, que castiga a culpa dos pais e dos filhos até à terceira e quarta geração» (Ex 34, 6-7). Como é evidente, a justiça divina não é cancelada, antes é perfeita: 3 e 4 fazem o 7, número bíblico da perfeição. Todavia o perdão e a misericórdia têm como cifra simbólica o 1000, isto é o infinito, são ilimitadas.

O Senhor amante da vida

A escolha divina é, portanto, clara: «Porventura me hei de comprazer com a morte do pecador – oráculo do Senhor Deus – e não com o fato de ele se converter e

viver? ...Pois Eu não me comprazo com a morte de quem quer que seja – oráculo do Senhor Deus. Convertedei-vos e vivei.» (Ez 18,23.32). Nesta nossa reflexão queremos, por isso, apresentar três ícones ideais: de Deus, do seu Cristo e do fiel, à luz desta categoria fundamental. Iniciamos com a representação de Deus Pai, baseando-nos em uma passagem bíblica talvez pouco conhecida mas sugestiva. Escutamos a voz de um antigo sábio judaico:

«O teu grande poder está sempre ao teu serviço;

quem poderá resistir à força do teu braço?

Pois diante de ti, o mundo inteiro é como um grão de areia na balança,
como a gota de orvalho que de manhã cai sobre a terra.

Mas Tu tens compaixão de todos, pois tudo podes
e desvias os olhos dos pecados dos homens, a fim de os levar à conversão.

Tu amas tudo quanto existe

e não detestas nada do que fizeste;

pois, se odiasses alguma coisa, não a terias criado.

E como subsistiria uma coisa, se Tu a não quisesses?

Ou como se conservaria, se não tivesse sido chamada por ti?

Mas Tu poupas a todos, porque todos são teus,

ó Senhor, que amas a vida!»

Estamos talvez em Alexandria do Egito, no limiar da era cristã. Na numerosa comunidade judaica aqui residente, um autor desconhecido reveste-se idealmente do manto do rei Salomão, considerado pela tradição bíblica o arquétipo da sabedoria, e compõe uma obra num grego refinado. Aquele que será chamado depois “Livro da Sabedoria” ou também “Sabedoria de Salomão”. Das suas páginas extraímos este estupendo canto da misericórdia divina. Já pouco antes o Salomão fictício, que fala na primeira pessoa no livro, entoava assim uma solene oração: “Deus dos pais, Senhor da misericórdia...” (9,1). O Senhor ergue-se imponente, com toda a sua onipotência que domina a criação: o mundo, em confronto, parece apenas um grão de pó ou uma gota de orvalho. Diante de uma epifania assim grandiosa poderia

desencadear-se o terror ou o sentido de frustração. Também o profeta Isaías proclamava: «As nações são como uma gota de água num balde, como um grão de poeira no prato de uma balança; e as ilhas [isto é as nações remotas] não pesam mais do que o pó mais fino.»

Eis, portanto, o salto surpreendente: a onipotência não é princípio de prevaricação mas de misericórdia. Exatamente porque tudo pode, Deus tem compaixão de todos. Usa-se neste ponto uma imagem sugestiva: o Senhor fecha os olhos para não ver os pecados humanos, esperando que entretanto as pessoas mudem de vida. A este propósito queremos evocar um belo apólogo dos Padres do deserto egípcio, que é um apelo a imitar o comportamento de Deus. Um discípulo foi manchado com uma culpa grave; contudo o mestre não o tinha punido, como todos esperavam. Passado um ano, um dos outros discípulos, indignado, exclamou: «Como se faz a ignorar o que foi cometido? Além de tudo, Deus deu-nos olhos!». O mestre replicou: «É verdade. Mas deu-nos também as pálpebras!».

Na base da misericórdia divina está o amor do Criador pela obra das suas mãos. Na primeira página do mesmo livro da Sabedoria lia-se já: «Deus não é o autor da morte nem se compraz com a destruição dos vivos. Pois Ele tudo criou para a existência, e todas as criaturas têm em si a salvação. Não há nelas veneno de morte...» (1, 13-14). Se Deus detestasse a nós e à criação, não nos teria plasmado nem infundido a vida. Antes, a sua providência amorosa continua a sustentar na existência da humanidade e da criação inteira, «o seu espírito incorruptível está em todas as coisas» (12,1). A conclusão é, então, evidente e torna-se uma profissão de fé no amor misericordioso do Senhor: «Tu és indulgente com todas as coisas, porque todas são tuas, Senhor, amante da vida».

Diante de expressões como estas, pode-se verdadeiramente dizer que o Livro da Sabedoria – que cronologicamente é talvez o último texto do Antigo Testamento – seja quase a saudação que a primeira Aliança dirige à nova que está a surgir no horizonte com a vinda de Cristo. Concluimos, então, o nosso retrato de Deus bíblico ainda com as palavras deste sábio hebreu da Diáspora que reforça a sua mensagem

sobre a misericórdia divina com uma outra invocação análoga a que meditamos: «Mas Tu, que dominas a tua força, julgas com bondade e nos governas com grande indulgência... Ao atuar assim, Tu ensinaste o teu povo que o justo deve ser amigo dos homens, e deste a teus filhos uma boa esperança, porque, após o pecado, dás a conversão.» (Sab 12, 18-19).

Cristo é a nossa paz

Estamos agora diante do segundo ícone, o de Cristo, Filho de «Deus rico de misericórdia». É São Paulo a oferecer-nos um retrato incisivo que agora contemplamos.

«Deus, que é rico em misericórdia, pelo amor imenso com que nos amou, precisamente a nós que estávamos mortos pelas nossas faltas, deu-nos a vida com Cristo - é pela graça que vós estais salvos... Com efeito, Ele é a nossa *paz*, Ele que, dos dois povos, fez um só e destruiu o muro de separação, a inimizade: na sua carne, anulou a lei, que contém os mandamentos em forma de prescrições, para, a partir do judeu e do pagão, criar em si próprio um só homem novo, fazendo a paz, e para os reconciliar com Deus, num só Corpo, por meio da cruz, matando assim a inimizade. E, na sua vinda, *anunciou a paz* a vós que estáveis *longe* e paz àqueles que estavam *perto*. Porque, é por Ele que uns e outros, num só Espírito, temos acesso ao Pai.» (*Ef* 2,4-5.14-18).

A 30 de novembro de 1980, S. João Paulo II publicava a sua segunda encíclica e intitulava-a *Dives in misericordia*: são as palavras que abrem este texto, retirado da carta aos Efésios. O Papa via na figura de Jesus morto e ressuscitado a fonte da nossa libertação e redenção, como afirmava São Paulo, e escrevia: «a cruz é o mais profundo inclinar-se da Divindade sobre o ser humano e sobre o que o ser humano – especialmente nos momentos difíceis ou dolorosos - chama o seu infeliz destino. A cruz é como um toque do amor eterno sobre as feridas dolorosas da existência terrena do ser humano» (n. 153).

Nós, porém, queremos fixar a nossa atenção sobre este trecho paulino, sobre um símbolo particular ao qual o Apóstolo alude quando apresenta a obra de Cristo: ele evoca «o muro de separação que dividia» os dois povos, os hebreus e os pagãos. A sua é uma imagem concreta, retirada da planimetria do templo de Jerusalém de então. Além do sacrifício sacro e do espaço reservado aos sacerdotes para os ritos sacrificais, a Esplanada de Sião era ocupada também por dois pátios, um aberto aos Judeus e o outro destinado aos estrangeiros em visita à cidade santa. Os dois povos, muitas vezes separados pelo ódio recíproco, naquela ocasião podiam ao menos olhar-se nos olhos e os pagãos, considerados idólatras e portanto ateus pelos hebreus, podiam seguir os atos religiosos da comunidade judaica.

Existia, todavia, um muro que separava os dois pátios e sobre esta linha divisória foram postas placas de mármore: duas destas foram encontradas pelos arqueólogos e assim podemos intuir o seu significado e função. Em grego, o inglês de então, se sancionava a pena de morte ao pagão que tivesse passado aquele muro, violando e contaminando com a sua impureza a área sacra que podia hospedar apenas o povo de Deus, a nação santa hebraica. Paulo, escrevendo esta carta aos cristãos de uma metrópole cosmopolita como Éfeso e talvez também a todas as cidades greco-romanas que se debruçavam na costa da Ásia Menor sobre o mar Mediterrâneo, não hesita em fazer brilhar uma cena simbólica provocante.

Cristo veio e, como um dia pegou no chicote para expulsar os vendilhões do templo, assim empunha agora o martelo para abater aquele “muro de separação”, aquele gélida cortina de recíproca repulsa, ao ponto de criar dos dois um só povo, onde as distinções não são mais fonte de medo mas sinal de riqueza. Belíssima é a definição de Cristo como “nossa paz”: a sua cruz é o estandarte de um amor misericordioso cujos braços se alargam a todo o mundo num estreitar de unidade e de salvação. Nasce assim “um só homem novo”, isto é uma humanidade renovada que tem protótipo no próprio Jesus.

Uma criatura humana que vive “na justiça e na santidade” (*Ef* 4,24), que escolhe a unidade fraterna como regra, para quem na Igreja «não há grego nem judeu,

circunciso e incircunciso, bárbaro, cita, escravo, livre, mas Cristo, que é tudo e está em todos» (Col 3,11). Podemos, por isso, dar um outro nome à misericórdia: é o diálogo entre culturas diversas, entre nações diferentes, entre expressões de fé múltiplas mas sinceras. Contra qualquer tentação fundamentalista ou racista o cristianismo opõe a generosidade do diálogo e do encontro, do olhar nos rostos e do apertar das mãos, da escuta recíproca e do empenho comum para criar um mundo mais justo e em paz.

A palavra “diálogo” na sua matriz grega supõe o encontro (*dià-*) entre duas visões sérias e aprofundadas do ser e do existir (*lógos*), capazes de descobrir a verdade que existe também no outro, ainda que cada um conserve a própria identidade espiritual e cultural. Como acontece no dueto musical, onde até um baixo e um soprano podem gerar harmonia conservando o seu timbre, também no diálogo se deve proceder em conjunto, apesar das diversidades que são riqueza, para fazer brilhar a verdade e o amor.

A esta luz adquire um significado particular a experiência do “Pátio dos Gentios”, sugerida pelo papa Bento XVI, no seu discurso à Cúria romana de dezembro 2009: «Eu penso que a Igreja devia também hoje abrir uma espécie de “Átrio dos gentios”, onde os homens pudessem de qualquer modo juntar-se a Deus, sem o conhecer e antes de ter encontrado o acesso ao seu mistério, a cujo serviço está a vida interna da Igreja. Ao diálogo com as religiões deve hoje acrescentar-se sobretudo o diálogo com aqueles para os quais a religião é uma coisa estranha, aos quais Deus é desconhecido e que, todavia, não queriam permanecer simplesmente sem Deus, mas aproximar-se dele, ao menos como Desconhecido». Este apelo do Papa emérito tornou-se uma experiência de confronto livre e respeitosa entre crentes e não crentes sobre temas capitais do ser e do existir, difundida já em todo o mundo e valorizada também pelo Papa Francisco na *Evangelli gaudium* (n. 257).

Misericórdia é, em síntese, também respeito e escuta fraterna, como atesta este apólogo judaico, narrado pelo filósofo Martin Buber na sua *Leggenda Del Baal Shem* (1908), o ideal fundador dos Chassidim, os hebreus “piedosos” mediterrâneos. Dois

camponeses estão numa hospedaria e um deles, um pouco embriagado, pergunta ao outro: “Queres-me bem ou não?”. O outro reflete um pouco e responde: “Certamente que te quero bem!”. E o outro: “Tu dizes que me queres bem, e no entanto não sabes de que coisa tenho necessidade. Amar os outros quer dizer procurar conhecer as suas necessidades, as ideias e sofrer as suas penas”.

O justo misericordioso

Chegamos ao último retrato, aquele do verdadeiro crente que está diante de Cristo juiz da história humana. Nas suas *Palavras de luz e de amor* S. João da Cruz admoestava que «na tarde da vida, seremos julgados pelo amor» (n. 57). A página evangélica que propomos não tem necessidade de ser citada por ser muito célebre. Estamos diante da grandiosa e potente cena do Juízo final, pintado por Jesus na soleira da última semana da sua vida terrena e referida por Mateus (25, 31-46). Se a intensidade e caráter incisivo do quadro são análogos aos suscitados pela obra-prima de Miguel Ângelo na Sistina, bem diferente é o conteúdo. Em Mateus desaparecem os atores reconhecíveis, os eventos e os efeitos especiais. Tudo é confiado à simetria das figuras paralelas mas antitéticas; de um lado, as ovelhas, isto é os justos; do outro os cabritos, ou seja os malvados, ambos retratados num juízo idêntico que tem por objeto a caridade misericordiosa, praticada ou rejeitada.

O único elemento que é retomado do fresco da Sistina é a centralidade de Cristo rei e pastor supremo das almas que por ele são distribuídas nos dois setores da condenação e da salvação, porque finalmente naquele dia se possa dizer: «há um Deus que faz justiça sobre a terra» (*Sal 58,12*). É evidente qual seja o tema sobre o qual versa este juízo: em prática são as obras de misericórdia realizadas ou rejeitadas: matar a fome a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, acolher o estrangeiro, vestir os nus, curar o doente, visitar o preso; são estes os seis empenhos, praticados pelos misericordiosos e ignorados pelos egoístas. Por quatro vezes no texto é repetido

este elenco que pode tornar-se já um exame de consciência durante a existência terrena para qualquer homem e mulher, para o fiel e para o sacerdote.

Sublinhamos “para qualquer homem e mulher” e não só para o cristão. De fato, na multidão daqueles que serão acolhidos na vida eterna estão também aqueles que se interrogam: «Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, ou com sede e te demos de beber? Quando te vimos peregrino e te recolhemos, ou nu e te vestimos? E quando te vimos doente ou na prisão, e te fomos visitar?». A resposta de Jesus é nítida: «Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes». Por isso, também os não cristãos, antes, os não crentes – mesmo não reconhecendo naqueles rostos sofredores os traços secretos de Cristo – através da sua escolha de amor e de misericórdia demonstraram-se cristãos e crentes. Realmente, nem todo o que me diz: «Senhor, Senhor’ entrará no Reino do Céu, mas sim aquele que faz a vontade de meu Pai que está no Céu» (*Mt 7,21*).

Esta página, que põe o amor ao próximo como ápice da religiosidade e da moral, no seguimento de tantas outras declarações de Jesus, gerou na tradicional lista das “obras de misericórdia”, cuja plena formulação, modelada sobre o símbolo numérico da plenitude, o setenário, aparece já em um escritor cristão do século III-IV, Lactâncio, de origem africana, preceptor do filho do Imperador Constantino, Crispo. Na sua bula de proclamação do Jubileu *Misericordiae vultus*, papa Francisco retoma esta dúplice sequência de obras de misericórdia corporais e espirituais, exatamente a partir da nossa solene página de Mateus. Deixamos, por isso, a ele a palavra para comentar e sustentar esta expansão da caridade, ao longo dos vários caminhos da vida comunitária eclesial e social.

«Não podemos escapar às palavras do Senhor, com base nas quais seremos julgados: se demos de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede; se acolhemos o estrangeiro e vestimos quem está nu; se reservamos tempo para visitar quem está doente e preso (cf. *Mt 25, 31-45*). De igual modo, ser-nos-á perguntado se ajudamos a tirar da dúvida, que faz cair no medo e muitas vezes é fonte de solidão; se fomos capazes de vencer a ignorância em que vivem milhões de pessoas, sobretudo

as crianças desprovidas da ajuda necessária para se resgatarem da pobreza; se nos detivemos junto de quem está sozinho e aflito; se perdoamos a quem nos ofende e rejeitamos todas as formas de ressentimento e ódio que levam à violência; se tivemos paciência, a exemplo de Deus que é tão paciente conosco; enfim se, na oração, confiamos ao Senhor os nossos irmãos e irmãs» (n.15).

É a voz constante da Palavra de Deus que já o Antigo Testamento repetia: «Filho, não tires a vida ao pobre, não faças esperar os olhos dos indigentes. Não desprezes aquele que tem fome, nem irrites o pobre na sua necessidade. Não aflijas o coração do infeliz, nem recuses a esmola àquele que está na miséria. Não rejeites o pedinte em aflição, nem voltes a cara ao pobre. Não afastes os teus olhos do indigente, nem dêes ocasião a ninguém para te amaldiçoar. Porque se te amaldiçoa na amargura da sua alma, aquele que o criou ouvirá a sua oração. Mostra-te afável na assembleia; diante de um grande, curva a tua cabeça. Presta ouvidos ao pobre, de boa vontade, responde-lhe com mansidão e afabilidade. Livra o oprimido da mão do opressor, não sejas fraco quando fizeres justiça. Sê para os órfãos como um pai, e como um marido, para as suas mães; e serás como um filho do Altíssimo, que te quererá mais do que a tua própria mãe.» (vedi *Sir* 4,1-10).

Contemplamos os três ícones que tínhamos traçado e que nos apresentam Deus Pai, o Filho Jesus Cristo e o verdadeiro cristão iluminados pela luz da misericórdia e escutamos como fundo as palavras do papa Francisco na citada bula *Misericordiae vultus*: «Misericórdia: é o ato último e supremo pelo qual Deus vem ao nosso encontro. Misericórdia: é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que encontra no caminho da vida. Misericórdia: é o caminho que une Deus e o homem, porque nos abre o coração à esperança de sermos amados para sempre, apesar da limitação do nosso pecado.» (n.2).